

O documento e a “via simbólica”: sob a tensão da “neodocumentação”

Gustavo Silva Saldanha

gustavosalda@ibict.br

Doutor em Ciência da Informação

Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT)

Resumo: O objetivo deste estudo é discutir a condição “simbólica” do conceito de documento sob a reflexão contemporânea dos estudos filosóficos da organização dos saberes. A partir da crítica recente apresentada pelas abordagens “neodocumentalistas” à Ciência da Informação, buscou-se avaliar a condição epistemológica do campo e as novas possibilidades de interpretação de suas teorias e de sua práxis. O trabalho reconhece a ênfase atual nos estudos da linguagem ordinária e a influência da crítica pragmatista e pós-estruturalista sobre a construção do conhecimento nos estudos desenvolvidos no campo. Como consequência desta reflexão, identifica-se que o papel do conceito de “documento” na atualidade cumpre diferentes funções epistemológicas na Ciência da Informação, como crítica historiográfica, torção filosófica, revisão da práxis e estratégia discursiva teórica. Ao mesmo tempo, surge a emergência de um conceito mais amplo de “materialidade”, não apenas significado pela razão fiscalista, mas determinado sob um ponto de vista culturalista. Este conceito pode ser vislumbrando nos trabalhos dos “neodocumentalistas”, principalmente Bernd Frohmann, como também pode ser identificado em uma análise crítica das visões sociopolíticas de Paul Otlet.

Palavras-chave: Epistemologia da Ciência da Informação; Neodocumentação; Documento; Via simbólica; Paul Otlet

The document and the “symbolic way”: under tension of the “neodocumentation”

Abstract: The aim of the study is to discuss the condition "symbolic" of the concept of document from the reflection of the contemporary philosophical studies in the organization of knowledge. From the recent critical approaches presented by "neodocumentalists" for Information Science, sought to evaluate the epistemological condition of the field. As a result of this reflection, it is recognized that the role of the concept of "document" today fulfills different epistemological functions, as critical historiography, philosophical transformation, review of professional practice and theoretical discourse strategy. At the same time, there is the emergence of a broader concept of "materiality", meaning not only for the physicalist reason, but determined under a culturalist point of view.

Key words: Epistemology of the Information Science; Neo-documentation; Document; Symbolic way; Paul Otlet

Introdução

Uma das possibilidades de interpretação das abordagens recentes da epistemologia da organização dos saberes (OS) é questionar a fragilidade e a potência presentes na noção de “materialidade”. Este exercício é, claramente, uma das pautas do conjunto de autores e de trabalhos que pode ser classificado como “neodocumental” ou “neodocumentalista”, temporalmente demarcado nos últimos 20 anos. Nomes como Bernd Frohmann, Michael Buckland e Ronald Day podem receber esta denominação, ainda que tais demarcações sempre se apresentem sob o risco de incongruências do exercício filosófico de generalização. Em nossa visão, um dos aspectos mais importantes das abordagens tecidas sob os olhares destes autores está no posicionamento de um ponto de inflexão simbólico na reconstrução do conceito de “documento”.

Niels Windfeld Lund (2009, 2010) faz parte da corrente que atesta o “renascimento” das abordagens documentais. Lund (2009) observa uma crescente, desde os anos 1980, de estudos em torno do conceito elaborado, na OS, por Paul Otlet e redefinido por sua discípula, Suzanne Briet. Em sua

tentativa “arqueológica” de recuperar o conceito, Lund (2009) atenta que, a partir do termo latino *documentum*, não identificamos apenas a significação de prova, evidência escrita – *written evidence* –, mas, também, e preliminarmente, devemos relacionar a noção aos pressupostos do ensino e da instrução.

A (re)avaliação do objeto “documento” na OS se dá em um contexto de formalização da Ciência da Informação (CI); as últimas escolas e os últimos institutos de pesquisa que atuavam com práticas de preservação, organização e disseminação de artefatos “informativos”, então denominadas, em grande parte, de *Library Schools* ou *Documetation Schools*, alterarão seus nomes nos anos 1990 (acompanhando uma tendência das décadas anteriores), incorporando o significante “informação” e/ou o vocábulo “tecnologia” – o exemplo da consolidação desta transformação está em Hjørland (2000).

Deste modo, de um lado, o alargamento ilimitado das possibilidades de reflexão sobre a informação como o elemento fundamental do mundo contemporâneo – uma epistemologia ultrassincrônica –, do outro, a ausência de uma análise histórica sobre a construção do domínio da OS – uma

epistemologia pré-diacrônica, que via o desenvolvimento destes saberes pré-Segunda Guerra como paradigmas superados, como é o caso de Francis Miksa (1992) – fortalecem a necessidade de um criticismo sobre a informação, e, estruturalmente, sobre as escolhas políticas da epistemologia da CI. O “documento” emerge, neste contexto, como conceito crítico e como estratégia epistemológica de reavaliação da própria OS em sua totalidade.

Importa-nos, neste trabalho, reconhecer estas dicotomias, com foco no aparecimento de uma possibilidade de interpretação simbólica dos objetos e das práticas da OS. Esta possibilidade, acreditamos, é um dos fins mais caros da “neodocumentação” e, ao mesmo tempo, um território teórico ainda pouco explorado. A crítica desta abordagem exige, necessariamente, o questionamento de seu pioneirismo e a revisitação aos potenciais de análise simbólica da OS presentes em Paul Otlet e outras abordagens anteriores. Para o diálogo presente, parte do resultado da investigação de doutoramento no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), em convênio com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) (SALDANHA,

2012), sob orientação da Prof. Dra. Maria Nélide González de Gómez, concentramos os esforços na relação entre o pensamento otletiano, o desenvolvimento de abordagens “neodocumentais” na atualidade e a distinta noção de materialidade que pode sobressair do ponto de vista expressado na contemporaneidade. As questões incidem diretamente no próprio questionamento da construção epistemológica da Ciência da Informação como campo do conhecimento.

Abrindo a “via” simbólica

O exercício capurriano de classificar a CI como sub-ramo da Retórica (CAPURRO, 1992) determina, a nosso ver, ponto demarcatório para o reconhecimento das possibilidades de interpretação simbólica do campo da OS. O “neodocumentalismo”, por sua vez, carregado de uma crítica pós-estruturalista, com linhas de interpretação balizadas por autores como o segundo Wittgenstein, Michael Foucault, Pierre Bourdieu e Bruno Latour, registram o aprofundamento desta abordagem. Em comum, encontramos em visões como de Rafael Capurro e os “neodocumentalistas”, uma ênfase na “linguagem” como pano de fundo da

argumentação filosófica dos domínios teóricos da OS.

A possibilidade de compreensão do campo a partir da linguagem nos permitirá a interpretação de uma CI reconhecida sob o viés de um enfoque simbólico, o que nos abre outra compreensão da ideia de materialidade nos estudos ditos “informativos”, ponto de inflexão dos olhares “neodocumentalistas”. As noções de “documento” e de “informação” são, assim, reconceituadas segundo uma abordagem que se sustenta na construção simbólica da realidade, onde as determinações do sentido estão atreladas à ação intersubjetiva dos indivíduos no uso da linguagem ordinária.

Em uma divisão dos modelos do conhecimento dentro das ciências sociais em geral, Martínez Rider & Rendón Rojas (2004) nos apresentam três “paradigmas”: o empírico-analítico, o simbólico e o crítico. O primeiro está enraizado no positivismo de Augusto Comte, e tem como características principais a observação, o trabalho de campo, o social como objeto “objetivável”, as metodologias quantitativas, a construção de possibilidades lógicas de verificação e comprovação. O paradigma crítico relaciona-se à Escola de Frankfurt

e tem seus fundamentos ligados à análise do sujeito dinâmico, dos grupos sociais em seu processo de emancipação, no uso da dialética como metodologia, nas formas de ideologia que convivem na vida dos sujeitos e na formação da consciência social das classes. O paradigma simbólico, uma resposta ao positivismo, parte de métodos hermenêuticos e etnográficos, contando, em geral, com técnicas qualitativas. Este paradigma apresenta em seu modelo a observação da constituição de normas sociais e a formação do consenso, e aborda a realidade como um estado de categorias linguisticamente construído.

A linguagem, aqui, tem importância vital, pois é através dela que se pode conhecer o “real”: é através de seus mecanismos de articulação, tecidos pelos grupos sociais, que se pode estudar o sujeito dentro do âmbito cultural, onde a subjetividade impera e as estratégias de interpretação são permanentemente requisitadas.

Nossa compreensão vislumbra a aproximação a esta última abordagem, delimitando a mesma em um objeto: os conceitos produzidos pela infraestrutura socioepistêmica da CI. Esta infraestrutura diz respeito tanto a “conceitos tangíveis”, ou instrumentalizados como

ferramentas institucionais, como à terminologia de linhas de pesquisa, disciplinas, grupos de trabalho, quanto a “conceitos intangíveis”, resultado de análises filosóficas ou aproximações epistemológicas, como fragmentos de teorias e modelizações. O destaque volta-se, pois, para aquilo que os autores latinoamericanos tratam por “paradigma simbólico”, ou seja, por um viés que tem a linguagem como ponto de inflexão e que, em nossa visão, pode ser desdobrado do pensamento do segundo Wittgenstein (1979).

Nesta “via simbólica”, a linguagem, enquanto complexo de signos que permite armazenagem, organização e transferência, vigorará, para a CI, como um objeto de estudo que em breve será responsável por um outro olhar sobre a epistemologia do campo – na verdade, um “velho” olhar, que resiste sobre diferentes discursos e manifestações curriculares em escolas de CI. A experiência com a linguagem demarcada pelo campo nos permite perceber que este, em certa medida, nunca se afastou absolutamente do primeiro momento, o ontológico, onde tudo é relacional e onde o mundo é carente de recontextualizações. Por sua vez, os estudos da OS tiveram na

concepção gnosiológica uma de suas principais estruturas, a representação. Com o avanço das análises semióticas, a estrutura pragmatista da área, já impressa nas práticas, ganhará cada vez mais sedimentação – e a linguagem se emancipa de vez como prioridade metodológica. E aqui encontramos a emergência (ainda que não a inauguração) de uma “via simbólica” de análise da realidade epistêmica da OS.

Dos limites e dos horizontes da “neodocumentação”

Da “diacronia negligente” (pouco temos de “história” antes da automação dos processos informacionais) a uma “sincronia crônica” (sem tecnologia da informação não somos uma “ciência da informação”), o posicionamento da CI na árvore do conhecimento é ainda objeto de atenção de Rayward (1996), um dos responsáveis diretos pelo que pode ser chamado de “neodocumentalismo” hoje por outros aspectos: a dificuldade de construção de uma historiografia da CI se dá diante da ausência de um acordo sobre qual seria o seu papel estrutural, junto de sua reclamada natureza interdisciplinar. A obra e os sonhos de Paul Otlet são colocados, então, como uma pauta de

discussão elementar para a paisagem discursiva da CI anglófona a partir dos anos 1990.

Se, a título estratégico, tomamos a “neodocumentação” para além de uma “corrente”, mas como um discurso coletivo e sólido, distinto e provocador, como aqueles discursos que se estabeleceram ao longo do tempo, em circunstâncias específicas, com base, por exemplo, em uma historiografia raywardiana da OS, percebemos que a história do campo está muito aquém dos anos 1960: sua constituição pode partir de limites espaço-temporais muito anteriores¹. Neste sentido, recupera-se, com o próprio Rayward (1996), a interface entre sincronia e diacronia, envolvendo muito mais do que uma reflexão sobre a revolução eletrônica de meados do século XX, mas, também, o estudo da história da ciência e da tecnologia, da impressão e da editoração, das instituições de informação, como

1 Rayward (1996, p. 13) nos atenta para as possibilidades de aplicação do conceito de longa duração – *durée long* – do historiador Ferdinand Braudel nos estudos da informação. Com isso, a visão raywardiana descreve as margens de construção de uma história sincrônica para o campo da informação, que demarca estudos pontuais, como investigações de eventos específicos, e uma história diacrônica, que aponta para transformações lentas, dadas em um período espaço-temporal elástico, abarcando estudos como as mudanças nas mídias de registro e de propagação da informação.

bibliotecas, arquivos e museus². Reconhecida a força deste discurso, a “neodocumentação” promoveria, de fato, outra conceituação da OS – se, na verdade, já não tiver realizado tal reconstrução.

Na visão de Lund (2009), à questão moderna do documento como registro de movimentações burocráticas – do Estado moderno e de suas instituições –, somam-se outros dois aspectos de seu significado: sua condição de prova – aquele objeto que detém a verdade das declarações –, fato que levou a noção de autenticidade a ganhar grande relevância; sua condição “informacional”, ou seja, de *renseignement*, ou objeto que fornece informações – o que, de certo modo, recupera a concepção educacional anterior do documento. Somadas, estas condições representam uma máxima do mundo moderno: a escrita como conhecimento verdadeiro, ou apenas, como verdade – *written, true knowledge* – esta, exatamente, fruto da aporia da filosofia da linguagem em seu

2 Luciano Floridi também atenta para isto em seu trabalho. Floridi (2002), ao discutir uma “filosofia da informação”, aponta que é possível reconstituir a “história do conceito informação” muito antes de seu significante se tornar legitimado. Em seu olhar, é “perfeitamente legítimo” falar em uma “filosofia da informação” no passado, antes da “revolução informacional”.

nascimento entre Platão e a Sofística, que é reconfigurado com a Bibliologia alexandrina na Antiguidade, em sua aceitação definitiva da noção de escritura como integrada à noção de conhecimento. Neste movimento, já podemos perceber a “anunciação” do caráter simbólico, envolvendo poder e desejo na significação de verdade em uma epistemologia da OS nascedoura.

A importância do documento para o mundo moderno será refletida na relação entre sociedade e ciência. No século XIX, a palavra “documentação” ganha grande prestígio entre cientistas e os diversos ramos da administração. A partir de então, a qualidade do trabalho científico e da eficiência do mercado passa a depender de uma documentação adequada e acurada. Não bastava mais, na visão de Lund (2009), apenas a combinação de argumentos lógicos como narrativa satisfatória. Era necessário, ao cientista, comprovar empiricamente – o que significaria “demonstrar documentalmente” – o processo e os resultados de sua pesquisa. Este será o cenário para o surgimento da primeira teoria do documento, nascida com Paul Otlet – tratada por Lund (2009) como *professional document theory*.

É na última década do século

XIX que, em geral, os primórdios da Documentação são identificados a partir do contato entre Paul Otlet e Henri La Fontaine. Em pauta, temos a questão da organização bibliográfica necessária perante a grande massa de documentos que a modernidade – principalmente pós-Revolução Francesa – acumulara até então. Se em algumas escolas, como a espanhola e a francesa, a noção “documentação” e o fazer que se desenvolve sob ela mantiveram seu desenvolvimento teórico³ – a expansão do discurso anglófono da CI levou ao afastamento das obras fundadoras deste pensamento, principalmente dos trabalhos de Paul Otlet e Suzanne Briet. Este “abandono” é redefinido a partir da retomada, nos fins do século XX, dos visionários conceitos e questões lançados por estes personagens da OS. O nome “neodocumentação” é, em pri-

3 Como exemplos encontramos Jean Meyriat na França e a Lopes Yepes na Espanha. Como lembra Lund (2009), “if the name of the field is ‘Library and Information Science’, there is an explicit obligation to define libraries and information (but not documentation or documents). If documentation is in the field’s name, then there is an obligation to define documentation and documents. In this regard, it is revealing that Otlet’s grand *Traité de Documentation* has been translated into Spanish but not English.” Diante disso, revela o “neodocumentalista”, uma teoria do documento continuou em desenvolvimento na Espanha, como em outras tradições, enquanto a informação, no âmbito da OS, se tornava a principal unidade de análise.

meira instância, um discurso que comenta as obras dos primeiros “documentalistas”, a saber, o cânone Otlet-Briet.⁴

O nome do “neodocumento”

Pensar uma ampla transformação da CI a partir da “neodocumentação” representaria, primeiramente, tocar as diferenças entre estas e uma “documentação pura” – ou, apenas, uma documentação otlet-brietiana. Neste cerne, caber-nos-ia pensar que o “documento” de que trata a “neodocumentação” não é o “documento” de Otlet ou de Briet. E é nesta posição que acreditamos se encontrar uma possível “virada neodocumentalista”, que se estabelece, fundamentalmente, na direção da interpretação simbólica da realidade.

Para definir o significado de “documentação”, Paul Otlet recorreria à

4 Hoje encontramos, de fato, um interesse especial à perspectiva do documento a partir de estudos que revêem o papel pioneiro de Paul Otlet e de Suzanne Briet. Este movimento reúne traduções, edições críticas, trabalhos selecionados, eventos, destacando-se nomes como Michael Buckland, Bernd Frohmann e Ronald Day, que têm em W. Boyd Rayward e S. C. Bradford grandes inspiradores. No contexto brasileiro, destacam-se os trabalhos de Maria Nélida González de Gómez, Geni Chaves Fernandes, Cristina Dotta Ortega, Marilda Lopes Ginez Lara, Eduardo Ismael Murguia, Lídia Silva de Freitas, Rodrigo Rabello, dentre outros.

noção de documento, e, para definir este, teve que, antes, (re)definir a acepção da ciência bibliográfica, ou apenas, ciência que trata de todas as classes de documentos. Esta “classe genérica” de documentos indicava o conjunto de registros dos saberes que eram correlatos ou derivados do livro – ou apenas similares, em natureza, aos livros. Deste modo, a teorização de Otlet circulava entre as noções de “documento” e “livro”, “documentação” e “bibliografia”. Apesar de reconhecer o valor da comunicação oral, será para a “documentação gráfica” que Otlet dirigirá suas atenções, uma vez que esta poderia resguardar a memória do conhecimento humano via fixação. (LUND, 2009)

Um “neodocumentalismo” trará uma visão que claramente reelabora as possibilidades de conceituar o principal ponto de inflexão colocado por Otlet. Algumas instâncias desta transformação são facilmente verificáveis, enquanto outras demandariam uma análise específica sobre a obra de cada um dos autores que vêm reconceituando o documento, como a tríade Frohmann, Day e Lund. Nosso foco, pois, incide sobre estas primeiras condições panorâmicas de distinção “documento-

documentalista” e “documento-neodocumentalista”, aqui tratado como “neodocumento” a título de diferenciação.

Em primeiro lugar, a reflexão contemporânea sobre o documento está “carregada” de influências pragmatistas, antropológicas e pós-estruturalistas, sustentadas em reflexões sobre a linguagem. Percebe-se isto diante da apropriação de autores como Ludwig Wittgenstein, Bruno Latour, Jacques Derrida e Michael Foucault, personagens recorrentes na redefinição do documento. Em segundo lugar, a reflexão “neodocumentalista” nasce, como visto, do pressuposto de crítica ao “informacionalismo” da epistemologia da OS. Trata-se, deste modo, de um criticismo à parte ao fisicalismo e ao cognitivismo da CI. Além disso, não se pode esquecer que o “neodocumentalismo” se organiza no âmbito de um mundo atravessado pelo “determinismo digital”, onde a *web* se apresenta como um dos palcos centrais de atuação do homem.

Se é um discurso organizado, ele se dá junto do nascimento, crescimento e consolidação da *web* como espaço de construção de significados sociais na ampla esfera das relações humanas em caráter mundial. Deste modo, reflete não uma visão passadista – retomar o

“documento” em seu caráter físico como objeto-chave de nossa reflexão, como pode, por vezes, significar –, mas “refundar” nossa ideia de materialidade. Por fim, o que mais nos chama a atenção é a visão ao mesmo tempo retrospectiva e inovadora que aborda a linguagem dentro da visão sobre o “documento”: tratamos agora de um “documento” que se estrutura em uma filosofia da linguagem ordinária, que é construído a partir da visão do outro, da construção coletiva do significado. Está aqui uma base crítica à epistemologia da CI, principalmente, em seus pressupostos fisicalistas e cognitivistas. Cabe-nos pensar se este discurso é, de fato, a abertura de outro domínio da OS ou uma dissidência da corrente principal da CI.

Nas cercanias de uma “micro-neodocumentação”

Aquilo que hoje chamamos de “ciência da informação” continuará sendo “ciência da informação”, pelo menos, enquanto a força de noções como “informação” e como “conhecimento” permanecer com sua sombra sobre nossa sociedade e, logo, sobre nosso campo. A “neodocumentação”, enquanto fenômeno discursivo de “redescoberta” de um pensamento – Otlet – ou de um com-

posto de interpretações sobre a Documentação – Otlet-Briet – permanecerá como um discurso paralelo na paisagem da epistemologia da CI, junto das filosofias da informação. Se toda a “batalha” de Rayward (2001) e Bradford (1961) para “lembrar” ao mundo a existência de um “documentalismo” teve, agora, seu reconhecimento, isso ainda remete a um saber específico, um discurso profissional.

Cumpra-nos pensar que, em parte, o que tratamos hoje por “ciência da informação” estará em permanente mudança, mas esta expressão permanecerá presente, e, deste modo, nos fará sempre repensar a “informação” como objeto primário, por mais que tenhamos conceitos – significados – e significantes – que podem ser conceitos já pré-estabelecidos – que responderam, no passado, por noções mais claras que a ideia de “informação”. Neste sentido, teríamos apenas a corrente “neodocumentalista” como um espaço de crítica e de construção de um discurso distinto na CI – que se aproximaria da noção de “anomalia” na epistemologia de Thomas Kuhn, em sua *Estrutura das Revoluções Científicas*.

Esta “microneodocumentação” poderia ser tratada como a extensão do

discurso crítico de cunho pragmatista e pós-estruturalista que, desde os anos 1990, usando como significante a “informação” ou o “documento”, tratou de reposicionar o papel da CI no contexto científico, para além de uma visão apenas fisicalista e/ou cognitivista da OS. Em outras palavras, o discurso “neodocumentalista” seria um aporte epistemológico contemporâneo, uma corrente interna de um discurso maior, tratado como “ciência da informação”. Mas poderíamos, inversamente, perceber a amplitude desta expressão se reconheçêssemos sua estaca de fundação e suas propostas inovadoras, paralelizando a relevância de seu aparecimento com outros discursos.

As outras rotas de uma “macroneodocumentação”

Como visto em Lund (2009), a tradição francesa – e latina, no âmbito geral – desenvolveu-se no terreno da OS de forma diferente da tradição anglófona após a Segunda Guerra Mundial. Franceses – além de espanhóis e portugueses – não abandonaram a reflexão sobre o documento na segunda metade do século XX. E, mesmo diante de um objeto de estudo distinto, noções como “informação” e “comunicação” perpas-

savam também esta tradição. Em outras palavras, a “neodocumentação”, enquanto discurso epistemológico, é tão grande e vasta dentro da OS que enquadrá-la como discurso alternativo dentro da expressão “ciência da informação” seria reconhecer uma historiografia falha, como alertado em Rayward (1996), e uma epistemologia unilateral, que só tomaria a “informação” como objeto de estudo dentro da OS.

Posicionada a “revolução” historiográfica e epistemológica construída pelos cerca de vinte anos de “neodocumentação” – de 1991, com o trabalho inaugural de Michael Buckland aos estudos contemporâneos de, por exemplo, Frohmann (2011) –, é possível demonstrar que a expressão “ciência da informação” faz parte de um discurso maior, em geral, inominável, que reuniria também a própria “neodocumentação”. Em outras palavras, não trataríamos esta última como um campo, mas, também, não diríamos ser a CI um campo científico. Ambas, como aquilo que está sob as expressões *documentation* e *library science*, estariam sob um vasto terreno de reflexão – aqui tratado pela expressão “organização dos saberes” – que atenta tanto para técnicas como para políticas de intervenção no

mundo a partir dos conceitos e ferramentas desenvolvidas por esta reflexão.

A fundamentação que nos permitiria demonstrar esta importância da “neodocumentação” como um discurso tão relevante quanto estes outros seria dada exatamente pelo significado mais superficial deste movimento contemporâneo: retomar Otlet, retomar Briet, reencontrar a primeira metade do século XX. Este recuo histórico revela uma nuance epistemológica que recharacteriza nossa filosofia: divisões triádicas, como a de Capurro (2003), dividindo a CI em um domínio fisicalista, cognitivista e social ganhariam, pois, outras configurações, posto que esta visão capurriana estaria atrelada à expressão “ciência da informação”, e não à OS. Em outros termos, a “neodocumentação” demonstra sua amplitude ao provar as limitações da expressão “ciência da informação” e de sua unidade privilegiada de análise, a “informação”. Se nos é difícil colocar a “neodocumentação” (por sua recente argumentação e pela legitimação da expressão “ciência da informação”) em pé de igualdade com a CI, é-nos possível demonstrar que o discurso neodocumental, no mínimo, reposiciona a

própria CI como discurso na OS, e, não, como campo. Temos, com isso, a abertura para outras unidades, e encontramos filosofias distintas, como aquelas voltadas para um “neodocumento”.

A emergência do “documento simbólico”: sob as filosofias do “neodocumento”

Diferentemente de autores como Capurro (2003, 2007, 2008) e Floridi (2002, 2004), Frohmann (2004, 2011) discorda do que chamaríamos de “infoimperativo”, que toma a informação como objeto consagrado das análises filosóficas de uma CI no coração da OS. De certo modo, no contexto histórico-institucional, esta procura de autores como Rafael Capurro e Luciano Floridi nada mais resulta do que da atualização do discurso da CI, que prega, desde seus primórdios nos anos 1960, a “informação” como prioridade para a construção do saber que visa a organizar o “conhecimento”.

No contexto da teoria anglo-escandinava da CI, a partir dos anos 1980 – principalmente na Noruega – Lund (2009) percebe a construção de uma ênfase na materialidade do documento, junto da elaboração de um papel social para este conceito,

principalmente seu papel dentro de uma comunidade discursiva. Trata-se, na visão lundiana, da construção de uma teoria social do documento. O âmbito de construção deste pensamento está no estabelecimento, em 1996, do programa de Estudos da Documentação da Universidade de Tromsø, Noruega, estabelecido em todos os níveis – da graduação até o doutorado. A procura por relacionar todas as classes de documentos – dos tradicionais impressos aos *broadcasts* de televisão – leva à construção de uma “teoria complementar do documento”, que sugere três ângulos que, entrecruzados, permitem uma descrição completa: físico, social e mental.

Perceberemos que, por trás dos três ângulos de Lund, há um quarto ângulo, ou quarta dimensão, que conferirá vida a estes: trata-se do ângulo simbólico, também material, mas imperceptível aos sentidos. Os três ângulos de Lund precisam ser vistos com cuidado, pois, em certa medida, representariam apenas a colaboração mútua dos modelos fisicalista, cognitivista e pragmático da CI. Este outro ângulo para o qual atentamos, é indicado por González de Gómez (2006), ao tratar da questão das “políticas simbólicas” no

âmbito dos regimes de informação. Além disso, este viés está em Otlet (1934, p. 407): na visão do advogado belga, seu maior projeto, a biblioteca mundial, resumida no *Mundaneum* tem, entre suas razões de ser, um “valor simbólico”, vinculando a ideia de “livro” como “instrumento da inteligência”. Passemos, pois, por duas abordagens que propõem uma reflexão sobre o “neodocumento” e nos permitem chegar à sua caracterização simbólica.

Buckland e a “coisa”

Segundo Michael Buckland (1991), o termo documento é utilizado desde o começo do século pela abordagem documentalista como um termo genérico que denota qualquer informação física, disponível em qualquer suporte. Para o autor, a documentação otletina – entendida como o estudo do armazenamento e da recuperação da informação – deveria focar-se em objetos potencialmente informativos. Buckland (1991) apontará para três focos distintos da análise sobre a informação, em que a noção é vista, ora como processo de informar e geração de mudanças, ora como conhecimento acerca de fatos e eventos, ora como coisa, algo atribuído a objetos, dados,

documentos. Temos, com o trabalho de Buckland (1991), uma virada no pensamento da OS, povoado pelo discurso da CI, que agora repensa o papel da materialidade.

The purpose of this examination of the notion of "information-as-thing" is to: (1) **Clarify its meaning in relation to other uses of the term "information;"** (2) **Affirm the fundamental role of "information-as-thing" in information systems;** and (3) **Speculate on possible use of the notion of "information-as-thing" in bringing theoretical order to the heterogeneous, ill-ordered fields associated with "information science."** A key characteristic of "information-as-knowledge" is that it is intangible: one cannot touch it or measure it in any direct way. Knowledge, belief, and opinion are personal, subjective, and conceptual. Therefore, **to communicate them, they have to be expressed, described, or represented in some physical way, as a signal, text, or communication.** Any such expression, description, or representation would be "information-as-thing". (BUCKLAND, 1991, grifo nosso)

Buckland (1991) deixa claro em seu trabalho que não se podem pensar os sistemas de informação sem a noção de informação-como-coisa. Sendo também papel da epistemologia da OS tratar da informação como processo e conhecimento, seu “solo” reflexivo está justamente em afirmá-la como coisa. De fato, quando tratamos da informação como processo, encontramos um número muito grande de domínios interessados neste aspecto, como Educação e Psicologia; por outro lado, quando

abordamos a informação como conhecimento, igualmente outros muitos domínios tomarão esta análise para si, como a Sociologia do Conhecimento e a Filosofia. Ao apropriar-se da noção da informação-como-coisa, a OS demarca uma posição histórico-reflexiva extremamente particular: outros domínios científicos também podem fazê-lo, mas, nenhum tem como a OS, este enfoque como objeto de metarreflexão.

Conforme lembra Rabello (2009), a partir de Michael Buckland, a intencionalidade do documentar é que define o documento.

Portanto, a produção intelectual de um conhecimento, que é particular e subjetiva, quando objetivada em um documento, esse pode adquirir diferentes valores que podem se inter-relacionar pensados sob o ponto de vista das chamadas *Ciências da Documentação* teórico-aplicadas. Vejamos alguns valores documentais e algumas disciplinas científicas neles interessados:

- *valor histórico* (testemunho ou prova histórica) e *valor jurídico-administrativo* (eminentemente de prova para o Direito) – esses valores interessam principalmente para a Diplomática e para a Arquivologia;
- *valor de conhecimento e de informação* – interessam principalmente para a Biblioteconomia e para a Documentação. (RABELLO, 2009, p. 12, grifo do autor)

Buckland (1991) nos articula, pois, uma crítica sensível ao discurso da CI: de um lado, se o que se desenvolve sob a expressão “ciência da informação” não trata da “materialidade” da

informação, a CI abandonaria aquilo que é, historicamente, seu mais frutífero terreno de reflexão. Em outras palavras, a CI deixaria de compartilhar com os demais domínios justamente aquilo que mais “conhece” para dialogar apenas com objetos que, historicamente, são matéria de reflexão de outros saberes, como é o caso do contexto do “conhecimento”.

De outro lado, a CI caía em uma contradição em dois sentidos: a) se é interdisciplinar por natureza (uma de suas estacas fundacionais), careceria de trocar um saber que desenvolve com outros domínios fronteiriços, e, neste caso, se colocaria apenas como “consumidora” de conceitos e de métodos “estrangeiros”, e não “exportadora” de um saber “tipicamente” seu; b) se é tecida na tecnologia da informação (a outra de suas estacas fundacionais), não deixa de trabalhar com a “materialidade”, apenas atua sob níveis diferentes de “fiscalidade” – ou seja, um *bit* é, também, algo físico.

Ao definir posteriormente, em seu *What is a document*, o objeto de análise privilegiado do discurso da Documentação, Buckland (1997) posiciona-se a partir de pontos de vista estruturalistas e pragmatistas da lin-

guagem, tomado o objeto a partir da intencionalidade na apreensão da ideia de documento. Só há documento se existe a intenção como tal. Deste modo, Buckland (1991) demonstra como, a partir do reposicionamento da questão da “materialidade”, tão fundamental para a Bibliologia que se estabelece na Antiguidade entre Filologia e Retórica e é retomada por Otlet, a CI é apenas um discurso na OS, e a informação, outra “matéria”, ou unidade de análise. Estes reflexos sobre um olhar “neodocumental”, estarão tanto em Frohmann (2004, 2011) como em Lund (2009, 2010).

Frohmann e a materialidade

Bernd Frohmann (2004, 2011) se posiciona junto ao terreno da Documentação e confere tão ou mais importância ao estudo do documento – e, mais do que isto, da materialidade dos instrumentos de saber.

Documentation recognizes as urgent an imperative to study ancient, medieval, or early modern documentary practices as those that feature electronic documents. What we do with electronic documents, how such practices are configured, and what they do to us are eminently worthy of study. But the digital form of contemporary documents creates **no special philosophical imperatives**, since the concept of documentary practices **was there all along**. (FROHMANN, 2004, p. 406, grifo nosso)

Frohmann (2011, p. 59) critica a visão ingênua que aborda o documento como mero condutor de informação. O pesquisador desenvolve o conceito de “documentalidade”, que se refere à capacidade e ao poder do documento em seus arranjos com outros elementos de redes, ou *assemblages*, “*to generate marks, signs, or traces*”. Segundo Frohmann (2011), seu foco na materialidade dos documentos é inspirado nos movimentos documentalistas, especialmente nos trabalhos de Paul Otlet e Suzanne Briet, que, segundo sua visão, insistiram no foco dos objetos materiais como documentos, citando o famoso exemplo do antílope de Briet. (FROHMANN, 2011, p. 57).⁵

Frohmann (2011, p. 58) recupera filósofos que quebraram a tradição da filosofia da consciência, como Wittgenstein e Derrida, para justificar seu posicionamento em torno dos documentos. O autor percebe na visão wittgensteiniana a possibilidade de tomar como uma doença filosófica a máxima da consciência como motor do

5 Frohmann (2011, p. 58) recorre a autores como Foucault, Deleuze, Latour e outros que descentralizaram a filosofia e sua relação com a consciência. Frohmann (2011, p. 65) demonstra como as representações podem “superar” – *trump* – a realidade.

mundo. Ao mesmo tempo, ele acredita ser possível transformar a noção de Derrida ligada ao “traço-estrutura de um sinal”, afirmando que qualquer instância de um signo é sempre infectada por sua iteratividade, isto é, pela possibilidade de ser reinscrito em outras cadeias de signos.

Esta cadeia de signos, somada as questões da “informação como uma coisa” na visão bucklandiana, permitiria a possibilidade de um outro significado de “documento” e, mais do que isto, transformaria nossa própria estratégia interpretativa de compreensão e de apropriação dos objetos da OS. Em nossa visão, uma das influências do pensamento “neodocumentalista”, Michael Foucault, traduziria parte desta abertura, e permitiria pensar de forma mais ampla o “reencontro” com Paul Otlet, processo central de construção das abordagens “neodocumentais” da atualidade. É com o desdobramento do conceito “neodocumental” frohmanniano que, a seguir, será possível pensar o “outro documento” em Paul Otlet, um “documento” de caráter fundamentalmente simbólico.

Otlet e o “outro documento”: apontamentos para o caráter simbólico do

objeto e da práxis da organização dos saberes

Ainda que sob os riscos da aproximação de conceitos, percebemos que uma das formas mais claras de se pensar a “via simbólica” é analisar o “documento” otletiano como semelhança (e não identidade) da noção de “discurso” desenvolvida pelo Foucault da Arqueologia dos Saberes. O exercício é possível na medida em que a análise do “documento” em Otlet carece, fundamentalmente, de uma visão que escape das noções clássicas de prova e testemunho sob o qual ele se envolve e parece não escapar. Outra visão necessária é aquela que permite a percepção de que o “documento”, em Paul Otlet, indica uma anterioridade, uma simultaneidade e uma posterioridade à materialidade pura, ou seja, existe um conceito de materialidade otletiana bem menos ingênuo do que aquele de fisicalidade. Trata-se, a noção otletiana, da tentativa de elaboração de um conceito constituído por estratos políticos, culturais, institucionais, sociais, culturais e históricos. É nos interstícios do Tratado de Documentação e naqueles presentes na análise “neodocumentalista” que, em diferentes momentos, registra-se a potência deste

significado, atrelado à noção emblemática de “livro” – principalmente àquela de “livro-signo”. (OTLET, 1934, p. 426)

Por “discurso”, na visão foucaultiana, encontramos a noção de uma característica simbólica e performática da linguagem. O filósofo francês chama de “*performance* verbal” o conjunto de signos efetivamente produzidos em uma língua natural e de “enunciado”, a “modalidade de existência própria deste conjunto de signos”. Enquanto o “enunciado” pode receber a atribuição de uma modalidade particular, o “discurso” representaria um termo impreciso, que indicaria um conjunto de performances verbais, conjunto de atos de formulação, como séries de frases, ou, ainda, conjunto de sequências de signos. Para o autor da *Arqueologia dos Saberes*, sua conceituação de “formação discursiva” permitiria demonstrar que o discurso pode ser fixado como “conjunto de enunciados que se apoia em um mesmo sistema de formação”. (FOUCAULT, 2010, p. 121-122)

Interessa-nos do pensamento de Foucault (2010, p. 124) retirado da *Arqueologia* fundamentalmente a ideia de que este “discurso” – complexo de enunciados – é, ao mesmo tempo,

“visível e não oculto”. Sua “materialidade” é de outra ordem. Esta noção de “discurso” terá ressonância em diferentes conceituações da “retórica” – neste sentido, um contraponto ao pensamento foucaultiano, que tenta distinguir sua noção de “discurso” daquela historicamente constituída pela arte retórica – “Chamaremos de discurso um conjunto de enunciados, na medida em que se apoiam na mesma formação discursiva; ele não forma uma unidade retórica ou formal [...]” (FOUCAULT, 2010, p. 132).

Paul Otlet (1934) não só atenta para tal expressão da ideia de “documento”, como propõe a visão de uma certa ciência bibliológica que se estabelece com e sem o “documento”, mesmo sendo este seu objeto privilegiado. Em outras palavras, trata-se de um exercício documental com ou sem materialidade, se tomarmos a noção “rasa” de “matéria”, pautada apenas nos preceitos da fisicalidade. Trata-se de perceber todas as possibilidades de manifestação daquilo que podemos determinar como “materialidade”, ou fixação. No entanto, o exercício de reconhecimento de uma filologia bibliológica, como também do papel da retórica na construção desta ciência,

instâncias definidas pela obra de Otlet (1934), demarca que por “materialidade” não estamos a tratar de uma unidade física, mas desta e do complexo de interpretações pela qual esta pode ser reconhecida.

A importância da relação entre materialidade – e imaterialidade – toca atualmente a filosofia da OS, principalmente por conta das provocações “neodocumentalistas” à tradição que tentou determinar a prioridade ontológica da informação na epistemologia da CI. Estas duas instâncias, a princípio contrárias e/ou contraditórias (materialidade/imaterialidade), são, como nos aponta González de Gómez (2009, p. 117), “categorizações construídas numa história social da informação, de modo que a pergunta ontológica teria que ser acompanhada, sempre, pela pergunta de por que, para que e por quem é outorgado um lócus (...)”

É retomando Buckland (1991), como o faz González de Gómez (2009), que atingimos o ponto-chave desta discussão (ou da retomada desta discussão). Em Otlet (1934) já encontramos – talvez ali sem polêmica – a indicação das relações entre OS e “informação”, seja enquanto entidade mental, seja enquanto artefato (coisa).

Buckland (1991) atenta, como lembra González de Gómez (2009), para o fato de que, também, trata-se de uma “informação física” que identifica as atividades que nós chamaremos de “práticas do cientista ou do profissional da informação”. Nesse sentido,

“o conhecimento da informação-como-coisa seria parte igualmente importante dos estudos da informação e do entendimento da informação do ponto de vista da comunicação e do conhecimento” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1999, p. 118)

Isso nos ajuda a complementar nossa noção de materialidade: o que tratamos aqui por material é tanto o livro, como o documento, como *bit*. Mas procuraremos aprofundar esta visão, chegando até os dados tratados por “naturais”, verificando o extremo de uma visão nietzschiana, a qual chamaríamos “visão retórico-filológica” sobre o papel da linguagem no mundo. Completeemos, porém, o ponto de vista sobre a “materialidade” para além de objetos tridimensionais e “fatos” eletrônicos. Também o discurso em sua “naturalidade” oral é material, tanto na Retórica nietzschiana quanto no “discurso” habermasiano, outra influência marcante das abordagens contemporâneas da OS. A oralidade, apesar do ponto de vista de Lund (2004),

é também visivelmente objeto de estudo de Paul Otlet. Trata-se, tanto em filósofos como Nietzsche e Habermas, de pensar, como Michael Foucault, em uma *performance* do discurso que se manifesta, por exemplo, em um livro, mas ele, o livro, não é “a sua” materialidade, mas apenas “uma outra” condição material.

Temos aqui uma das grandes pedras de toque da uma “neo-documentação”: recuperar o caráter simbólico que há no Otlet bibliólogo, que posiciona as questões sociais e culturais que constroem a ideia de “livro” – esta, porém, tomada pela “neodocumentação” sempre sob o significante “documento”. Na visão de Frohmann (2004), existe uma prioridade ontológica na “questão do documento” em relação à “questão da informação”. Sua “outra” filosofia da informação aponta para uma reflexão que, em verdade, “é da” Documentação.

An implication of a focus on documentary practices for **a philosophy of information is that such a philosophy is subordinate to a philosophy of documentation.** Informativeness is not the only property of documentary practices worthy of study. Many practices with documents have little, if anything, to do with informing anyone about anything. (FROHMANN, 2004, p. 406, grifo nosso)

Aproximando-se da “denscons-

trução wittgensteiniana”, sustentada na linguagem ordinária, Frohmann (2004) demonstra a necessidade de se pensar a “informatividade” como pressuposto de práticas – e a informação como efeito destas práticas. Neste âmbito, se há uma “informatividade dos documentos”, ela depende de categorias fundadas em um documentalismo – que nos faz recorrer a Otlet (1934) e a Briet (1951). Tais categorias são tratadas pelo pesquisador como: materialidade, instituição, disciplinarização social (maneiras como são disciplinarizados) e contingência histórica. Sem a vigência de elementos da “Documentação”, seria impossível, na visão frohmanniana, pensar, por exemplo, uma “filosofia da informação”.

É esta “estrutura sem estrutura”, esta base em permanente transformação, transversalizada por contingências histórico-sociais e remodelações culturais, que nos permite pensar a complexidade do conceito de “documento” em Otlet (1934). Substancialmente, esta trama nos leva a enxergar a retórica, a política, a sociologia, a psicologia, a pedagogia e outros domínios de influência na constituição de uma ideia de documento que se estabelece na obra otletiana. O complexo de edificação do conceito de um só documento dependeria da

percepção da atuação das profundas e instáveis movimentações simbólicas oriundas das linguagens que estão envolvidas no processo de construção de um significado provisório. O que se dá, pois, como “materialidade”, nada mais é do que uma grossa e rude e, ao mesmo tempo, viscosa e escorregadiça, camada de elementos simbólicos que nos leva a tomar algo como livro, como documento, como informação. Não tocamos, pois, a “coisa”, mas primeiro a compomos como “matéria simbólica”. Sua própria “materialidade” é uma pretensa “fiscalidade” que “funciona”, “atua” no mundo, por ser uma potência simbólica em atualização constante e inestancável.

Considerações finais

O atual movimento epistemológico presente na paisagem discursiva da CI, reconhecido como “neodocumentalismo”, esclarece nosso posicionamento no cerne dos estudos da linguagem ordinária, principalmente no que se refere à abordagem simbólica de construção da realidade. A retomada do pensamento de Paul Otlet (1934) e de Suzanne Briet (1951) realizada por autores como Bradford e Rayward, seguidos por Buckland, Frohmann, Day e Lund, dentre outros, revela, muito mais

do que uma revisão histórico-conceitual, a possibilidade de identificação da força dos estudos da linguagem no âmbito da OS, bem como a fundamentação da relevância de noções como materialidade e simbolismo dentro dos saberes arcaicos e hodiernos do campo. Reconhecemos, pois, que o papel do conceito de “documento” hoje, cumpre diferentes funções epistemológicas, como crítica historiográfica, torção filosófica, revisão da práxis e estratégia discursiva teórica.

O resultado da análise é a identificação da dimensão simbólica tomada como o “elemento criador” – antes de “mediador”. Os sentidos não podem se “integrar” diretamente ao objeto – isto, na verdade, o diz tanto uma visão platônica (se é extrassensível a verdade do objeto, apenas tocamos seu fragmento, e não o objeto em si) quanto uma visão cartesiana (se é fruto da minha consciência, não toco o objeto, mas, sim, a representação que minha consciência permite conceber do objeto).

Em nosso caso, pela via simbólica, não tocamos, não vemos, não degustamos o objeto, não pode ele nos escapar ao mundo sensível por ser “metafísico” ou por ser um “ente” de nossa consciência, mas, pelo fato fazê-lo a partir de uma camada simbólica de

discursos que estão “impregnados” na noção do objeto – o que aproximar-se-ia do que Wittgenstein (1979) chama de “solo áspero”, para conceituar o mundo da linguagem que o pragmatismo da linguagem ordinária observa/investiga. A definição extrema seria: nunca tocamos o objeto, mas, sim, criamos o objeto simbolicamente sobre a “aspereza” que julgamos tocar.

Reconhecemos, finalmente, que está (também) em Paul Otlet (1934) esta consideração. O caráter simbólico da realidade investigada pela OS se manifesta nas amplas noções de “livro” e de “documento” tecidas pelo advogado belga. Não podemos determinar uma noção de “documento” na obra otletiana apenas sustentada pela raiz etimológica e/ou pelos seus desdobramentos no mundo medieval e moderno a partir de seu uso. O caráter político e filosófico do pensamento de Otlet (1934) demarca a potência simbólica de seus objetos de reflexão e coloca o “documento” como uma força antropológica de transformação social.

Referências

BRADFORD, S. C. **Documentação**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

BOURDIEU, P. **A Economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2008.

BRIET, S. **Qu'est-ce que la documentation?** Paris: Éditions Documentaires Industrielles et Técnicas, 1951.

BUCKLAND, M. K. Information as thing. **Journal of the American Society of Information Science**, v. 42, n. 5, p. 351-360, jun. 1991.

_____. What is a document? **Journal of the American Society for Information Science**, v. 48, p. 804-809, 1997.

CAPURRO, R. Hermeneutics and the Phenomenon of Information. In: MITCHAM, Carl (Ed.). **Metaphysics, Epistemology and Technology**. Research in Philosophy and Technology. New York: Elsevier, 2000. v. 19. p. 79-85, Disponível em: <<http://www.capurro.de/ny86.htm>>. Acesso em: 18 jul. 2007.

_____. What is Information Science for? a philosophical reflection In: VAKKARI, P.; CRONIN, B. (Ed.). **Conceptions of Library and Information Science; historical, empirical and theoretical perspectives**. In: INTERNATIONAL CONFERENCE FOR THE CELEBRATION OF 20TH ANNIVERSARY OF THE DEPARTMENT OF INFORMATION STUDIES, UNIVERSITY OF TAMPERE, FINLAND. 1991. Proceedings. London, Los Angeles: TaylorGraham, 1992. p. 82-96.

DAY, R. Poststructuralism and information studies. **Annual review of information science social and technology (ARIST)**, v. 39, p. 575-609, 2005.

_____. **The Modern invention of information: discourse, history and power**. Illinois: Southern Illinois University Press, 2001.

DERRIDA, J. **Gramatologia**. São Paulo: Perspectiva, 2008.

FOUCAULT, M. **A Arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

FLORIDI, L. Afterword library and information science as applied philosophy of information: a reappraisal. **Library Trends**, v. 52, n. 3, p. 658-665, 2004.

_____. On Defining library and information science as applied philosophy of information. **Social Epistemology**, v. 16, n. 1, 37-49, 2002.

FROHMANN, B. Documentation redux: prolegomenon to (another) philosophy of information. **Library Trends**, v. 52, n. 3, p. 387-407, win. 2004.

_____. Reference, representation, and the materiality of documents. In: **COLÓQUIO CIENTÍFICO INTERNACIONAL DA REDE MUSSI**. 2011. Anais. Toulouse: Université de Toulouse 3, 2011.

_____. Revisiting “what is a document?” **Journal of documentation**, v. 65, n. 2, p. 291-303, 2009.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Comentários ao artigo “Hacia um nuevo paradigma em bibliotecologia”. **Transinformação**, Campinas, v. 8, n. 3, p. 44-56, set./dez. 1996.

_____. **Configuração temática da Ciência da Informação no currículo dos cursos do IBICT: um estudo de caso**. 1982. 185 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação)- Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1982.

_____. Da organização dos saberes às políticas de informação. **INFORMARE – Cad. Prog. Pós-grad. Ci. Inf.**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 58-66, jul./dez. 1996.

_____. Dos estudos Sociais da Informação aos Estudos do Social desde o ponto de vista da Informação. In: AQUINO, Miriam de Albuquerque (Org.). **O Campo da Ciência da Informação: Gênese, conexões e especificidades**. João Pessoa: Editora UFPB, 2002. p. 25-47.

_____. Informação como instância de integração de conhecimentos, meios e linguagens: questões epistemológicas, consequências políticas. GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M.

N.; ORRICO, E. G. D. (Orgs). **Políticas de memória e informação**: reflexos na organização do conhecimento. Natal: EDUFRN, 2006. p. 29-84.

_____. A Reinvenção contemporânea da informação. **Pesq. bras. Ci. Inf.**, Brasília, v. 2, n. 1, p. 115-134, jan./dez. 2009

_____. A Representação do conhecimento e o conhecimento da representação: algumas questões epistemológicas. **Ci Inf.**, Brasília, DF, v. 22, n. 3, p. 217-222, set./dez. 1993.

HABERMAS, J. **Pensamento pós-metafísico**: ensaios filosóficos. Coimbra: Almedina, 2004.

HJORLAND, B. Documents, memory institutions and information science. **Journal of Documentation**, Londres, v. 56, n. 1, p. 27-41, jan. 2000.

LATOUR, B. Redes que a razão desconhece: laboratórios, bibliotecas, coleções. In: BARATIN, M.; JACOB, C. **O Poder das bibliotecas**: a memória dos livros no Ocidente. Rio de Janeiro: ed. UFRJ, 2008. p. 21-44.

LUND, N. W. Document, text and medium: concepts, theories and disciplines. **Journal of Documentation**, v. 66, n. 5, p. 734-749, 2010.

_____. W. Document Theory. **ARIST**, v. 43, n. 1, p. 1-55, 2009.

MARTÍNEZ RIDER, R. M.; RENDÓN ROJAS, M. A. Algunas propuestas latinoamericanas de objetos de estudio para la investigación bibliotecológica. **Rev. Interam. Bibliot.**, Medellín (Colômbia), v. 27, n. 1, p. 13-44, ene./jun. 2004.

MIKSA, F. L. Library and Information Science: two paradigms. In: VAKKARI, P.; CRONIN, B. (Ed.). **Conceptions of Library and Information Science; historical, empirical and theoretical perspectives**. In: INTERNATIONAL CONFERENCE FOR THE CELEBRATION OF 20TH ANNIVERSARY OF THE DEPARTMENT OF INFORMATION STUDIES, UNIVERSITY OF TAMPERE, FINLAND. 1991. *Proceedings..* London: Taylor Graham, 1992. p. 229-243.

NIETZSCHE, F. **Da retórica**. 2.ª ed. Lisboa: Vega, 1999.

OTLET, P. **Traité de documentation**: le livre sur le livre: théorie et pratique. Bruxelas: Editions Mundaneum, 1934.

RABELLO, R. A Dimensão categórica do documento na Ciência da Informação. **Enc. Bibli: R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf.**, ISSN 1518-2924, Florianópolis, v. 16, n. 31, p.131-156, 2011.

_____. O Documento na Ciência da Informação: tradição e inovação conceitual a partir de uma abordagem histórica e epistemológica. In: **ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB)**, 2009.

João Pessoa: UFPB, 2009, p. 277-303.

RAYWARD, W.B. The History and historiography of information science: some reflections. **Information and Management**, v. 32, n. 1, p. 3-17, 1996.

SALDANHA, G. S. **Uma filosofia da Ciência da Informação**: organização dos saberes, linguagem e transgramáticas. Rio de Janeiro, 2012. 439 p. Tese (Doutorado em Ciência da Informação). Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. Faculdade de Administração e Ciências Contábeis. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2012.

WITTGENSTEIN, L. **Investigações Filosóficas**. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979.